

ATA DA 074<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 17<sup>a</sup> LEGISLATURA  
REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Gostaríamos de registrar a presença do Cônsul-Geral do Japão, que está sendo recebido no gabinete da Presidência.

O Japão é um país estratégico com relação ao comércio de carne suína do nosso estado, e este ano recebeu liberação para a exportação.

Seja bem-vindo!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Ada Faraco De Luca, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital. Ocupo este espaço na data de hoje para tecer alguns comentários e considerações acerca do Projeto de Lei n. 448, de 2013, de autoria do

colega, deputado Marcos Vieira, que trata da questão do valor adicionado do ICMS, distribuído aos municípios.

Tenho recebido correspondências de várias câmaras de vereadores e de prefeitos demonstrando uma preocupação muito grande a respeito desse projeto de lei que, na verdade, traz um prejuízo bastante grande para alguns municípios em benefícios de outros. E essa é uma questão extremamente complexa e merece uma discussão mais aprofundada. Não podemos fazer uma análise superficial sobre um projeto dessa envergadura que mexe com todos os 295 municípios catarinenses.

Além disso, parece-me que é necessário, antes de se fazer qualquer modificação na legislação do estado, que se consiga fazer mudanças na Constituição Estadual e na Legislação Federal. De forma que trago isso para discussão e apreciação dos srs. deputados, porque certamente não estou sozinho a receber essas manifestações por parte dos representantes de alguns municípios. E gostaria, quando esse assunto fosse discutido em cada uma das comissões, que conseguíssemos aprofundar a discussão sobre esse tema.

Mas, preliminarmente, gostaria de fazer algumas considerações a respeito disso.

(Passa a ler.)

"O projeto de lei não pode prosperar uma vez que:

1. Contraria definição de valor adicionado previsto na Lei Complementar Federal n. 63/90;

2. Provocará conflitos entre municípios portuários (principalmente Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, Itapoá, Garuva, Araquari, Imbituba, entre outros) e municípios do interior;

3. A maioria das agroindústrias exportadoras efetua as exportações diretamente pelas unidades produtoras;

4. A Lei Complementar Federal n. 063/90 define valor adicionado como sendo 'saídas, acrescido das prestações de serviço, deduzidas as entradas, ocorridas no ano civil, no território do município', dando pouca importância à agregação de valor;

5. Qualquer definição diferente da Lei Complementar n. 063/90, não se sustenta no Judiciário.

Números do ano de 2013 da empresa BRF apontam que a maior parte dos produtos exportadores através de filial de Itajaí vem de outras UF (próximo a 70%). O problema do VA advém basicamente da mudança de logística das empresas, com reflexos maiores nas agroindústrias:

a) As vendas são efetuadas através de centros de distribuição e não mais pelas unidades industriais, reduzindo drasticamente o valor acrescido nas suas saídas (influenciando diretamente no valor adicionado);

b) A maior parte da produção é transferida a preço de custo (nos termos da Lei Kandir) a centros de distribuição situados em outras UF (próximo ao mercado consumidor).

Unidade de abate de suínos, localizada no meio-oeste do estado vende somente 3% da sua produção (que lhe dá margem para VA), transfere para outras filiais situadas em outras UF, 46% da produção; para filiais de Santa Catarina 7%; remessa para exportação por portos de SC, 13%, e remessa para a exportação por portos de outras UF, 6%;

Para dar efetividade às pretensões do PL é necessário alterar o parágrafo único da CF/88 para diminuir a influência do VA na composição do índice e incluir outros fatores.

Hoje, compramos pela *internet* e poucas vezes sabemos, com antecedência, em que município o emitente do documento fiscal está estabelecido.

Muitas empresas, para diminuir seus custos, trabalham com *showroom*, sendo que a NF vem do centro de distribuição.

Vários municípios do oeste e do meio-oeste (com indústria da BRF), manifestaram-se contrários ao PL, assim como os municípios situados aqui no litoral catarinense."

Por isso, srs. deputados, é que trago essas reflexões para que o andamento desse projeto de lei tenha uma discussão aprofundada. E a minha sugestão efetiva e concreta é para que seja

arquivado em definitivo o Projeto de Lei n. 448, porque não merece prosperar. Muito obrigado, bom-dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig. Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, também descendente de alemães, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - A minha origem deputado Kennedy Nunes, é mista, tem italiano, polonês, que já foram embora da Copa do Mundo, e meu avô era descendente de cafuzo, então, tenho um pouco sangue índio também. Enfim, brasileiro da gema, mesmo com 7 x 1 e sem muito sofrimento.

É importante ressaltar que ocorreu ontem a sessão sobre a questão da CPI que está investigando o Ministério Público, deputado Sargento Amauri Soares.

Mas, primeiramente, quero enaltecer a importância do projeto que foi aprovado esta semana e dizer que finalmente o brasileiro vai poder cancelar o telefone celular, a *internet* e a TV a cabo sem precisar ficar uma hora pendurado ao telefone 0800 da empresa, ouvindo música, passando mal e, muitas vezes, sem conseguir resolver o problema.

Então, gradativamente, estamos dando alguns passos na evolução dos direitos do cidadão. É exatamente sobre essa questão dos direitos do cidadão que pregamos a transparência, a clareza dos fatos quando se trata de erário público, porque, ontem, na sessão da CPI, iríamos ouvir quatro servidores do Ministério Público, deputado Paulo França, mas ouvimos apenas dois servidores, que são das comissões de coordenação-geral, são comissões que criaram para o desenvolvimento do Ministério Público e por aí afora.

No entanto, se viu que são comissões apenas opinativas, porque para nada servem, e me parece que muito pouco se sabe sobre essas comissões, porque elas não avaliam o processo global, o conteúdo dos documentos, a ponto da coordenadora

do processo solicitar por *e-mail* a minuta do contrato que a empresa forneceu ao Ministério Público.

E observem que chegamos ao ponto de o Ministério Público fazer uma compra através de minuta. O que estranho muito é que no dia 19 de novembro do ano passado, tenha sido recebida a documentação da compra do terreno e do imóvel, e no dia 21 de novembro já haviam feito a contraproposta, ou seja, em dois dias já estava tudo resolvido para a compra. Isto mostra que antes de qualquer parecer da comissão já estava definida a compra do terreno nesses moldes e dessa forma.

Outra coisa relevante é que o presidente do Creci, associação que congrega os corretores, disse que os laudos dos corretores tecnicamente não têm validade, porque não segue as normativas de análise de estabelecimento de parâmetro para comparação de preço. Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que é da Polícia Militar, e também investiga, é estranho. A coisa parece que está combinada. E está tão combinada que esses quatro servidores do Ministério Público fizeram uma reunião entre os quatro para combinar o que seria dito na CPI. Parece que tem um treinador, tem um Felipão por lá.

Talvez os R\$ 123 milhões o Felipão tenha levado em publicidade nesta Copa, porque eu nunca vi fazer tanto comercial. Fez tanto comercial que se esqueceu de treinar o time. Eu estou colocando isso porque as questões que estão ali se tornam obscuras, do ponto de vista das explicações.

Por isso, entendo, deputado Silvio Dreveck, que o PP, que não quis assinar a CPI, bem como o PSD e o PSDB, cometeram um grande equívoco, porque a OAB está acompanhando. Estamos aguardando ainda o promotor, secretário da Segurança, liberar o membro requisitado, que é o dr. César Grubba. Eu vou dar uma recomendação: trate de liberar, pois não para aí! Porque o secretário da Segurança, que é promotor, se deu ao direito de indicar o membro para acompanhar a CPI, deputado José Milton

Scheffer, e nós temos o direito de requisitar, não de pedir autorização!

Então, promotor, secretário da Segurança, César Grubba, tratem de liberar, e urgentemente. Estamos aguardando a vinda do delegado Thomé para participar, porque as coisas me parecem que estão tomando um caminho que precisam ser esclarecidas.

Estamos cumprindo com o nosso papel em relação a esta CPI, não querendo desacreditar o Ministério Público. Ontem, cancelamos a vinda do engenheiro e do arquiteto da obra, para os quais a comissão, parece-me, repassou muito da responsabilidade do que está sendo encaminhado por ela, deputado Valmir Comin, do PP, que também não quis assinar a CPI.

Por isso, não é apenas 'taca-lhe o pau, Marcos', no Ministério Público, é preciso esclarecer, tem que haver transparência. Não são R\$ 10 mil, R\$ 20 mil nem R\$ 30 mil, são R\$ 123 milhões nesse processo do terreno e por aí afora.

E na próxima semana vamos ouvir também o cidadão José Carlos Rauen, que me parece, que era um cara de uma eficiência exacerbada na prefeitura! Esse cara deve ter sido, tranquilamente, o maior secretário do Planejamento do país, e também do Meio Ambiente, porque ele era tão rápido em resolver os problemas que resolveu somente este, rapidamente, pois os corretores disseram que são oito meses ou até um ano para esses procedimentos serem encaminhados. E neste caso, especificamente, entendo que quase era mais fácil ganhar na Mega-Sena do que ser tão rápido! Mais o cara é eficiente e vamos ouvi-lo na próxima semana para saber como ele foi profissionalmente bom nesse processo, como foi tão rápido! E esperamos que essa agilidade ocorra com todas as empresas, como todos os cidadãos catarinenses e florianopolitanos, principalmente na gestão do atual prefeito, para que se evolua e sejam desburocratizadas as coisas.

Por isso, estamos cumprindo com o nosso papel de legisladores, de fiscalizadores, procurando, principalmente, dar transparência a todos os atos, independentemente de quem seja. E agora vamos

aguardar domingo para vermos o campeão da Copa do Mundo, já que a Copa do Brasil foi campeã mundial em qualidade, em eficiência, em redução de atraso dos aviões nos aeroportos, a metade do tempo da média internacional, na generosidade e receptividade do povo brasileiro, que foi campeão em receptividade dos turistas que aqui estiveram. E para quem questiona que deu prejuízo ao Brasil, basta analisar os dados econômicos desta Copa, o que movimentou a economia e o que ela representa no contexto futuro deste país com as obras e investimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, que é da cidade de Imbuia, onde há muitas famílias descendentes de alemães.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e aqui presente nesta manhã de quinta-feira, de fato na cidade de Imbuia há bastante descendentes de alemães. Aliás, os primeiros colonizadores foram alemães que chegaram lá subindo o vale. Mas depois ela foi composta também por italianos; por gente que desceu da serra via Bom Retiro, atravessou Alfredo Wagner e subiu por Chapadão da Imbuia; e por gente que foi daqui, a partir de Palhoça e Angelina, e chegou até Imbuia.

Então, a cidade de Imbuia é composta por um povo universal. Ela é formada por serranos, lageanos, descendentes de alemães e italianos e também açorianos, que, do litoral, subiram para compor Imbuia. Por isso, o povo da nossa cidade é universal.

Mas creio que a origem da minha família tem um pouco de um tudo, como se diria por lá. E se tem um pouco de português, pelo sobrenome, já fomos embora na primeira fase; se tem um pouco de espanhol, Soares, também já fomos embora na primeira fase; se tem um pouco de Italiano, idem,

fomos embora na primeira fase - e dizem que tem um pouco de italiano também.

Mas, no nosso "caboclês", sofremos mesmo, de verdade, no último jogo, numa derrota que, para ser franco, ainda dói. Quando se pensa bem, ainda dói!

No domingo, creio que vou torcer por um bom jogo de futebol, para a bola, para que não haja nenhuma tragédia a mais e para que saia tudo bem. E vou parabenizar, evidentemente, o vencedor.

Mas quero falar, hoje, de outra taça. E recorro à revista *Carta Capital*, edição n. 805, que fala da taça de assassinatos. O título de uma extensa matéria é: "A taça de assassinatos é nossa", que traz os números das estatísticas de 2012, portanto de há um ano e meio atrás. E o Brasil, em termos absolutos, é o país do mundo onde, em 2012, mais pessoas foram assassinadas. Repito, em termos absolutos.

Eu até leio os números de assassinatos em 2012 em alguns países: no Brasil, 56.337 pessoas; na Índia, 43.355 pessoas; na Nigéria, 33.817 pessoas; no México, 26.037; no Congo, 18.586 pessoas; na África do Sul, 16.259 pessoas; na Venezuela, 16.072 pessoas; nos Estados Unidos, 14.827 pessoas; na Colômbia, 14.070 pessoas; e no Paquistão, 13.846 pessoas. Isso em termos absolutos.

Quero repetir, no ano de 2012, em termos absolutos, o país do mundo onde houve mais assassinatos foi no Brasil. Com seus 200 milhões de habitantes, o Brasil teve 56.337 assassinatos.

Em números relativos, ou seja, em termos proporcionais ao tamanho da população, ficamos em 12º em todo o mundo, com 29 mortes por grupos de 100 mil habitantes, esse é o número. Essa é a baliza que os estatísticos do setor, que os estudiosos do setor da criminalidade usam para medir a violência no mundo todo, que é quantos assassinatos com grupos de 100 mil habitantes. No Brasil, em 2012, foram 29 mil assassinatos.

Então, quem mora numa cidade com 100 mil habitantes ou mais, já pode calcular quantas pessoas foram mortas na sua cidade, ou teriam sido

mortas se o número da sua cidade fosse igual à média brasileira.

A própria revista traz a evolução desse processo, do crescimento do número de assassinatos na década de 1990 e na primeira década desse século, ou seja, de 2001 a 2010.

Afirma também que nos últimos dez anos estão estabilizados os números. Isso é fato, mas está estabilizada lá em cima, como a própria revista lamenta. Estão estabilizados nas alturas.

Em alguns anos, da década de 80 até a década de 90 houve um crescimento espantoso em termos percentuais e depois está crescendo numa velocidade menor, mas continua crescendo. Embora parasse de crescer naqueles índices absurdos, continua crescendo, o que faz do Brasil o país com os maiores números absolutos de homicídios.

Morre mais gente por ano no Brasil do que morreu nas guerras do Iraque e do Afeganistão. Morre de violência, de assassinato, de homicídio. Apenas falando de homicídio, não estamos falando de mortes por doenças ou acidentes no trânsito, mas de homicídios, dos assassinatos. Foram aquelas guerras da década passada que tive a infelicidade de ver e de acompanhar quase que ao vivo, por um canal a cabo, no dia em que os Estados Unidos, atacaram Bagdá, capital do Iraque, com toneladas de bombas jogadas no centro de uma cidade e ainda diziam, queriam convencer, e até parece que convenceram a maioria da humanidade de que aquelas bombas eram cirúrgicas, elas acertavam alvos específicos, militares. Foram toneladas de bombas jogadas no centro de uma cidade, mas mesmo nessa condição, com aquele bombardeio inteiro sobre Bagdá e sobre as outras cidades, o Brasil ainda tem o número de homicídios maior do que o número de pessoas que morreram naquela guerra.

A revista traz também um pouco dessa reflexão, do discurso do que a revista denomina como de direita, e está correto denominar assim. O discurso da direita, a tese da direita é de que bandido bom é bandido morto. E aí, justifica a autofagia entre os pobres e, justifica, inclusive, que o próprio estado participe disso, de uma forma

ou de outra, puxando gatilho ou fazendo o que um comandante da década passada dizia, um comandante aqui da capital: "Cercamos o morro e vai diminuir a demanda para o uso das drogas. Eles vão brigar lá em cima até se matar". Palavras durante uma entrevista numa rádio de grande circulação num momento em que o governo do estado, à época, estava fazendo o maior esforço para tentar camuflar o número de homicídios na capital e na Grande Florianópolis, em 2002. O Esperidião Amin, governador e candidato a reeleição, fazia um esforço enorme para aparecer muito o crescimento e o salto que a violência estava dando em Santa Catarina e na Grande Florianópolis naquele tempo, e um comandante, à época, que depois foi comandante-geral no outro governo, fazia o oposto. Para agradar o governo, e para agradar a sociedade ele dizia: "Estamos cercando a entrada dos morros e a classe média não vai poder ir lá em cima comprar drogas. Com isso, vai diminuir a demanda lá e os bandidos vão se matar entre eles." Olha só a lucidez e genialidade no combate à violência por parte de uma autoridade no setor.

Estou falando de coisas de 14 anos, 12 anos atrás.

Hoje em dia já não existe mais isso no nosso estado, pelo menos é o que a gente defende e trabalha. Dito de forma escrachada, como foi dito na época, a gente não vê.

Mas também tem o discurso, que poderíamos chamar de esquerda, que essas pessoas são vítimas da sociedade e que, portanto, precisamos discutir alternativas de assistência social.

Eu acho que as duas teses estão erradas, com todo respeito, evidentemente, a assistência social que precisa ser fortalecida no nosso país e na nossa sociedade, porque não tem também.

Com todo respeito, acho até que se resolve o problema da violência e prevenção contra a violência investindo em educação em tempo integral, em assistência social, em emprego, trabalho, dignidade humana, cultura, esporte e lazer. Não está enfocada a tese de que por serem uma vítima da sociedade essas pessoas precisem de

mais uma chance, porque eles matam e a próxima chance pode ser mais um homicídio, como, aliás, muitas vezes o é.

Então, precisamos continuar debatendo esse assunto, inclusive sobre os homicídios na sociedade brasileira e catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - É com satisfação que faço o registro da presença, aqui na Assembleia Legislativa, do nosso amigo Joel da Cruz, do vereador Fabiano José Mendes, do vereador Ernani Wogeinaki Junior, do município de Três Barras. Também registro a presença do meu amigo Romeu, vereador do município de Itapema, suplente, que está assumindo, e o vereador Lei, que fazem uma atuação muito firme lá no município. Fui oito anos vereador e sei que o desejo é resolver os problemas do cidadão. O vereador é um para-choque, atendendo ao cidadão que está todo dia na porta, pedindo, reivindicando. Eles, quando tem algum pleito, fazem questão de resolver *in loco* ou vindo até a capital do estado.

Então, registramos as presenças e o nosso abraço aos vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Sejam bem-vindos os nobres parlamentares do município de Três Barras a esta Casa.

Esta Presidência não teve ainda a oportunidade de dar as boas-vindas ao deputado Carlos Stüpp e lhe desejar boa sorte, mas quero que isso seja registrado aqui, é um prazer tê-lo aqui compondo este Parlamento, junto com os demais deputados que assumiram ontem, Daniel Tozzo e Ciro Roza.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Com a desistência do deputado Reno Caramori, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD. Com a palavra, o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados.

O meu tempo eu vou dividir com o deputado Maurício Eskudlark.

Eu gostaria apenas de fazer o registro nesta manhã sobre o encontro estadual das Comunidades Terapêuticas, realizado aqui na Grande Florianópolis. Estiveram reunidas quase 70 comunidades terapêuticas para uma primeira avaliação destes seis meses do Programa Reviver.

E na fala do deputado que nos antecedeu, deputado Sargento Amauri Soares, talvez tenha faltado a tônica da principal problemática da questão da violência neste país, e porque não dizer, em Santa Catarina.

As próprias polícias Militar e Civil têm dito que estão enxugando gelo porque enquanto não se trabalhar com a raiz dessa problemática da violência em nosso Brasil, não vamos, de fato, dar conta do recado como agente público, e a raiz do problema é a drogadição, em especial a drogadição precoce.

Aliás, a sociedade tem sido tanto quanto benevolente em relação a certas atitudes, parece que hoje politicamente é mais correto você deixar o menino fumar um baseado na calçada em frente à sua casa do que, deputado Reno Caramori, alguém fumar um cigarro. Parece que é mais agressivo fumar o cigarro do que degustar a sua maconha. Estamos chegando a esse nível.

Mas quero parabenizar a Fapesc - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina -, juntamente com a Fapeu - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária -, pelo trabalho fantástico que estão fazendo nessa perspectiva de amparo àqueles que querem deixar o mundo das drogas e ter uma oportunidade.

No encontro deste final de semana os técnicos nos repassaram - e por uma questão ética não participei, pois já estamos em período eleitoral - informações sobre a criação de uma plataforma para avaliação das comunidades terapêuticas e foi dado todo um treinamento a esses monitores.

Temos dito que as comunidades terapêuticas precisam, sim, se adequar à rede pública de atendimento, ao dependente químico, deputado Jean Kuhlmann, desde a questão dos nossos Caps, gabinetes de rua, enfim, todo esse trabalho de atendimento à saúde mental.

E aí o papel da Fapesc tem sido fundamental ao criar, como disse, essa plataforma, e mais do que isso, oferecer, deputado Maurício Eskudlark, aos municípios um fluxograma de atendimento ao dependente químico, quando aquele menino ou aquele senhor, àquela jovem senhora busca um espaço para sair do mundo das drogas tendo, numa comunidade terapêutica, a possibilidade da convivência entre pares, resgatando princípios e valores da terapia ocupacional com a Seja, com o Pronatec.

Enfim, com cursos profissionalizantes, também com espiritualidade, temos enfatizado aqui desta tribuna, quando esse jovem recebe essa possibilidade de uma segunda chance, derrubando o mito, inclusive, da irrecuperabilidade. Entendemos que a droga não precisa ser um caminho sem volta e é nesse espaço que o jovem precisa ter essa atenção adequada e de forma inclusive tecnológica.

Eu fico muito feliz porque ontem recebi a notícia de que a Senad - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas -, veio de Brasília, deputado Maurício Eskudlark, para buscar informações do nosso Programa Reviver, em Santa Catarina. Já estamos sendo referência para o Brasil, isso é muito bom, é motivo de aplausos para esta Casa, que formatou o referido programa para o governo do estado que acolheu a proposta e para a Fapesc e Fapeu que agora estão executando todo esse programa.

Por isso, quero aqui parabenizar mais uma vez o trabalho dos nossos técnicos que, de forma

gabaritada, acadêmica e científica têm dado esse amparo às comunidades terapêuticas.

Era isso, sr. presidente!

Eu concedo o restante do meu tempo ao deputado Maurício Eskudlark.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda no tempo destinado do PSD, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado sr. presidente! Srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL.

Já fiz os registros das pessoas, dos vereadores presentes nesta Casa e, prosseguindo na fala a respeito dos homicídios, assim como o deputado Sargento Amauri Soares, realmente o Brasil tem um taxa de homicídios muito alta.

Mas temos que registrar que Santa Catarina é o estado com menor número de homicídios no Brasil. Claro que o ideal era zerar o número de homicídios, mas o ser humano desde Abel e Caim vem se matando. Então, onde tem o ser humano tem conflito, tem briga, tem desentendimento e homicídios.

Eu, inclusive, quando era delegado de Polícia, pude ver que a Colômbia, um país com elevadíssimos índices de homicídios, com trabalhos sociais conseguiu reduzir a criminalidade. E Santa Catarina é um estado diferenciado em nível de país pela forma da organização social das comunidades e têm uma taxa de desemprego menor que Cingapura.

Na estatística de homicídios, vemos que em Santa Catarina em 2011 houve 759 homicídios; em 2012, 742; e em 2013, 704, apresentando aí uma linha de redução no número de homicídios, na grande maioria, ocasionados pela guerra do tráfico. Nós tínhamos antigamente aqueles homicídios casuais, de desentendimento, de brigas, de discussões, mas hoje 95% dos homicídios ocorrem pela disputa de gangues, pela disputa do tráfico. Nos tempos mais antigos não passava uma semana sem haver um homicídio, mas hoje os índices de homicídio são bem menores, como por exemplo, a

cidade de Concórdia, que num ano chegou a registrar zero homicídio, enquanto os homicídios aumentaram nas cidades maiores, no litoral, tanto que, infelizmente, municípios como Navegantes e Camboriú passaram a liderar o número de homicídios. O que resolve essa situação é uma série de ações feitas pelos municípios como iluminar locais onde há concentração de marginais, como por exemplo, uma praça iluminada que, se estiver sendo usada pela população a criminalidade não chega. Se ficar escuro, sem iluminação ali se reúnem os traficantes e a criminalidade aumenta.

O deputado Sargento Amauri Soares falou que as pesquisas dizem que uma grande parte da população diz mesmo que bandido bom é bandido morto. Não é essa a solução, mas bandido preso também é bandido que não assalta, não mata, não estupra. Mas temos um grande problema no nosso país, que é a impunidade. Então, como disse o deputado Ismael dos Santos, não adianta enxugar chão com a torneira aberta.

Nós precisamos ter em alguns estados, principalmente no nordeste, onde os índices de homicídios são muito grandes, ações sociais e ações rigorosas no combate a criminalidade. Se você tirar o marginal da rua, ele não vai matar, não vai continuar praticando o crime. Se fora da prisão, ele for recuperado é ótimo. Acho que a sua recuperação depende de uma oportunidade, mas também da sua vontade de mudar, de querer ter um convívio social saudável. Aí, sim, as coisas melhorarão. Não adianta dar a opção, se ele não quer.

A maioria dos marginais que sai por sete dias na época do Natal, acaba saindo para fazer acerto de contas, para roubar e não para visitar a família, para procurar um trabalho, para ter uma reinserção social. Então, essa situação precisa mudar.

Felizmente, Santa Catarina tem o menor número de homicídios no país, seus policiais militares são referência para os outros estados. Temos neste estado uma Segurança diferenciada, até pela índole do povo e pelas condições de emprego. Aqui há

muitas empresas, poucas pessoas desempregadas, muitos estudantes. Em Chapecó, no começo do ano, houve um número alarmante de homicídios, e depois, com intervenções policiais e ações, chegamos a ficar mais de 30 dias sem ter um homicídio. Temos preocupação também com regiões do litoral. Camboriú passou um período turbulento, hoje tem uma situação mais confortável, principalmente por ações sociais realizadas nos bairros. É preciso abrir escolas, iluminar as ruas nos bairros, enfim fazer com que o cidadão de bem tenha a liberdade de ir e vir e que a ação dos marginais fique inibida. Isso é importante.

Quero também registrar que, ontem, esta Casa apreciou projeto de autoria deste deputado que denomina Renato Hendges a Diretoria Estadual de Investigações Criminais. O Renato Hendges trabalhou em Blumenau, começou sua carreira como comissário e é para nós, catarinenses, um ícone, um símbolo. É justa essa homenagem da Assembleia Legislativa a esse grande policial, que teve o sonho de ser também presidente da Adepol, e como tal conseguiu implementar os projetos que os colegas, delegados há muito esperavam. Juntamente com a Assembleia Legislativa, conseguimos aprovar a carreira jurídica, a forma de pagamento por subsídio. O governador encampou essas leis e isso foi muito importante. Quanto à carreira policial, o seu grande pleito foi a promoção automática para os policiais civis, cumprindo o interstício de tempo. Esses foram sonhos que o Renato Acalentou, sendo que alguns ele viu acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Carlos França.

O SR. DEPUTADO PAULO FRANÇA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de aproveitar este nosso tempo para falar sobre o assunto do momento: Copa do Mundo. Fazendo uma análise com outro foco, de outra forma, com resultado do evento esportivo,

mas além do evento fazer uma avaliação do resultado. O que representa esse resultado do evento? O resultado da equipe e a análise com relação a nossa cultura, com a cultura brasileira, com relação a avançar dentro dos processos de desenvolvimento e dentro dos processos de análise quando acontecem eventos importantes dessa natureza. Com relação à infraestrutura, com relação ao evento da Copa do Mundo acho que tivemos com a aprovação do Brasil como sede da Copa do Mundo uma antecedência necessária para viabilizar toda a infraestrutura para a realização do evento, mas também toda a infraestrutura necessária para que a nossa equipe, para que o nosso time nos representasse de forma adequada. Como a nossa cultura é a do improviso, fomos expostos aos resultados apresentados que, até o momento, foram compensados pela receptividade, pela nossa natureza, que é belíssima, e por algumas ações de infraestrutura, que foram concluídas, mas ainda temos muitas coisas a serem desenvolvidas. Porém, o resultado do jogo, a participação, a sua análise, tudo feito de uma forma que se ajeita e se arruma uma justificativa, o famoso apagão. Na realidade, este apagão é a tradicional desculpa quando nós não conseguimos alcançar as nossas metas e os nossos objetivos para a falta de estudo, a falta de planejamento, a falta de estrutura necessária para que consigamos superar as nossas divergências. Agora, saio da Copa do Mundo e entro nas nossas ações de uma forma geral, sobre as quais precisaríamos um novo tema, uma nova discussão, para que consigamos avançar nas nossas necessidades de demanda e melhoria da qualidade de vida.

Na engenharia, minha área, a cada acidente ou situação não planejada que acontece conseguimos ter um avanço grande nas questões dos desenvolvimentos, a exemplo dos acidentes que ocorreram em Minas Gerais, com o viaduto; o *tsunami*, no Japão; as catástrofes de Santa Catarina, em 2008; enfim, todo o processo de desenvolvimento e tecnologia na área da saúde, na área da comunicação, eles nos trazem resultados a

partir das demandas geradas e criadas, baseadas em cima de planejamento, de estudos, em cima de informação da sociedade para que possamos ter um avanço em todas as áreas necessárias para o desenvolvimento do nosso país.

Teremos mais uma oportunidade de evento internacional daqui a um ano com a Olimpíada. Então, esse é mais um momento que, com toda antecedência, vamos ter para realmente cumprir todas as obrigações e atribuições dentro da área da infraestrutura, mas também na área do desenvolvimento do esporte.

Porém, voltando a nossa realidade dos debates, discussões e projetos de melhoria para o desenvolvimento da qualidade de vida, voltamos aos debates tradicionais sobre carência orçamentária, financeira e atribuições no famoso jogo do empurra-empurra, dos governos federal, estadual e municipal, sendo que nos municípios é onde as ações ocorrem e, por isso, precisam ter a forma mais ágil para atender a nossa sociedade de uma forma prática e com equilíbrio dentro desse resultado.

Então, dentro da análise, desse foco importante que estamos passando, vivendo, chegamos à conclusão que este final de semana de Copa do Mundo realmente nos trouxe resultados, mas precisamos avançar mais num tema fundamental para que consigamos trabalhar nas questões de desenvolvimento e planejamento na solução dessas demandas. E para mim o Pacto Federativo seria talvez a grande discussão para esse momento que iremos viver. Nesse momento renovaremos todos os procedimentos democráticos do nosso país e faremos um grande debate para as próximas eleições.

Assim, com o Pacto Federativo teríamos a redistribuição, reavaliação da distribuição dos impostos para que realmente tenhamos condições de avançar dentro de todas as áreas em nível federal, estadual e municipal, para superarmos as demandas em todos os momentos. Por exemplo, na área da Saúde as demandas mais urgentes ocorrem às despesas dos municípios; assim como na Educação,

na área de Segurança e outras áreas, que acontecem nos municípios.

Então, gostaria de deixar como mensagem que, dentro do processo eleitoral que se aproxima, é o momento ideal para que esse tipo de discussão como a reavaliação do Pacto Federativo, tão importante para o avanço de todas as áreas e políticas, não apenas do estado de Santa Catarina, mas em nível nacional

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0158/2013.

Comunica, igualmente, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0715/2013.

Também comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0044/2014, 0052/2014, 0060/2014, 0061/2014, 0063/2014, 0069/2014, 0084/2014, 0087/2014, 0111/2014, 0120/2014, 0138/2014, 0183/2014, 0185/2014, 0190/2014, 0198/2014 e 0402/2014.

Comunica, ainda, que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0053/2014 e 0253/2014.

Outrossim, comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0131/2014 e 0194/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0097/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0363/2014, 0364/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0660/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0661/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Pedido de Informação n. 0053/2014, de autoria da comissão de Saúde, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das políticas específicas para a saúde das mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas que são desenvolvidas no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(Pausa)

Na desistência do deputado Serafim Venzon, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração aos 80 anos da Associação Catarinenses de Engenheiros.

Está encerrada a sessão.